



LAZER NO CAMPESINATO: ESTUDOS E INTERLOCUÇÕES COM MARX E ENGELS

Tiago Nicola Lavoura

RESUMO

O lazer, reconhecido como tempo livre para a fruição dos bens socialmente produzidos pela humanidade, sob a forma de produções culturais e possibilitador da formação humana, encontra-se atrelado às forças produtivas e às correspondentes relações de produção inscritas no processo de trabalho. As relações de produção de bens materiais da vida no campo, tendo como referencial as contradições entre capital e trabalho, bem como, as relações e contradições entre tempo de trabalho e tempo de não-trabalho, nos levam a seguinte indagação: Quais são as transformações que vem ocorrendo na vida no campo e do campo e, de que maneira estas interferem no processo de apropriação do tempo de não-trabalho? Acredita-se na hipótese de que o tecido urbano, tais quais suas extensões e proliferações, tem se estendido e corroído a vida no campo, interferindo tanto nos modos de (re)produção social como nos modos de apropriação de um suposto tempo livre. Além disto, acredita-se que o modo de produção da vida no e do campo, pautado naquilo que há de se chamar agronegócio, resulta em uma organização e apropriação de um suposto tempo livre de forma completamente diferente e contraditória das relações sociais, sentidos e significados construídos no suposto tempo livre de um campesinato.

Palavras-chave: Modo de produção, lazer, campesinato.

ABSTRACT

Leisure, recognized as free time for enjoyment of socially produced goods for humanity, in the form of cultural production and an enabler of human development, is linked to the productive forces and production relations of the corresponding inscribed in the work process. The relations of production of material goods of life in the field, referencing the contradictions between capital and labor as well as the relationships and conflicts between work time and time off work, take us to the question: What are the transformations what is happening in country life and country, and how these interfere with the process of appropriation of non-work time? It is believed the assumption that the urban fabric, such as they bloom and its extensions, has been extended and eroded the country life, affecting both the ways of (re) production as the social modes of appropriation of a supposed free time. Moreover, it is believed that the mode of production and life in the field, based on what is to be called agribusiness, resulting in an organization and ownership of a supposed free time in a completely different and contradictory social relations, meanings and meanings constructed in the supposed free time of a peasantry.

Keywords: Mode of production, leisure, peasantry



RESUMEN

Ocio y tiempo libre, reconocido como el tiempo libre para el disfrute de los bienes socialmente producidos por la humanidad, en la forma de producción cultural y un facilitador del desarrollo humano, está vinculada a las fuerzas productivas y relaciones de producción de la inscripción correspondiente en el proceso de trabajo. Las relaciones de producción de bienes materiales de la vida en el campo, haciendo referencia a las contradicciones entre capital y trabajo, así como las relaciones y conflictos entre el tiempo de trabajo y tiempo libre, nos lleva a la pregunta: ¿Cuáles son las transformaciones lo que sucede en la vida del campo y el país, y cómo estos interfieren con el proceso de apropiación del tiempo de trabajo no? Se cree que el supuesto de que el tejido urbano, como florecen y sus extensiones, se ha ampliado y ha erosionado la vida en el campo, que afecta tanto a las formas de (re) producción, los modos sociales de apropiación de un supuesto tiempo libre. Por otra parte, se cree que el modo de producción y la vida en el campo, sobre la base de lo que se llama la agroindustria, lo que resulta en una organización y la propiedad de un supuesto tiempo libre en las relaciones sociales una completamente diferentes y contradictorias, los significados y significados contruidos en el supuesto tiempo libre de un campesinado.

Palabras-clave: modo de producción, el ocio, el campesinado

Introdução

O presente trabalho é fruto da tese de doutorado – ainda em andamento, portanto, não concluída – intitulada “Formas de (re)produção social da vida do camponês e tempo livre: análise sobre o trabalho, a educação, a formação humana e o lazer” e procura refletir sobre as formas de apropriação do tempo supostamente livre de populações do campo as quais possibilitem a organização da cultura e a formação humana. Para tanto, é imprescindível uma análise das formas de (re)produção social de populações as quais vivam *no campo* e *do trabalho no campo*, especialmente, considerando as formas de reprodução capitalistas (MARTINS, 2004), bem como, a proliferação da urbanização na sociedade moderna (LEFEBVRE, 1999).

A investigação a ser feita aqui perpassa pela problematização de como o lazer ganha materialidade no espaço/tempo do campo, ou seja, na vida das populações do campo, sejam estas, agricultores familiares, extrativistas, pescadores, ribeirinhos, assentados, acampados de reforma agrária, trabalhadores assalariados rurais, quilombolas, povos da floresta, caboclos e outros mais as quais se apropriam, usam e produzem suas condições materiais de existência por meio do trabalho no campo (BRASIL, 2010).

O modo de produção da existência humana e o lazer

Este trabalho parte do pressuposto de que a categoria modo de produção de existência é central para a explicação do movimento histórico da realidade, rumo à compreensão da realidade humana. Para tanto, se faz necessário lançar mão de uma análise concreta da maneira pela qual tal realidade humana é *produzida* em seu conjunto (SAVIANI, 1991).

A análise de modo concreto de um dado elemento da realidade sintetiza sua íntima relação com os demais, contendo em si os aspectos sociais, históricos, econômicos, políticos e culturais da sociedade em



seu conjunto, melhor dizendo, da realidade humana em seu conjunto. Isto significa dizer que todo elemento da realidade é síntese de múltiplas determinações.

Concorda-se com Peixoto (2008) quando afirma que a mesma análise teórico-conceitual desprendida para se compreender o modo como os homens produzem suas condições de existência deve servir e permite explicar o desenvolvimento do tempo livre em cada momento histórico, ressaltando-se suas conexões com o trabalho. Sendo assim, é possível diagnosticar, entender e explicar a forma do lazer em diferentes modos de produção.

Conforme a autora, desta forma, é possível “passar da análise isolada das práticas e contextos – predominantes nos estudos do lazer – para a análise ampliada dos nexos e contradições destas práticas de lazer com a totalidade do modo de produção” (PEIXOTO, 2008, p. 9). Isto porque o lazer está imerso e enraizado no mesmo lugar das relações de trabalho, “no modo como são apropriados e distribuídos os bens sociais produzidos, na divisão social do trabalho, em última instância, no modo como está organizado em cada momento histórico a produção da existência” (p. 9).

É importante ressaltar, portanto, que o lazer, reconhecido como tempo livre para a fruição dos bens socialmente produzidos pela humanidade, sob a forma de produções culturais e possibilitador da formação humana, encontra-se atrelado às forças produtivas e as correspondentes relações de produção inscritas no processo de trabalho (PEIXOTO, 2008).

Encontra-se em Marx e Engels – bem como, nos estudiosos marxistas os quais, as suas maneiras, deram continuidade à construção do conhecimento tendo como base teórico-metodológica a teoria marxiana – fundamentos para a compreensão da realidade social, ocupando lugar central o conceito *modo de produção da existência*.

Isto porque de certo, o homem necessita continuamente produzir a sua própria existência. Os escritos de Marx (2008) n’*O Capital* permitem o entendimento de que o trabalho é atividade vital e necessária para a continuidade da existência humana. Sendo assim, os homens realizam trabalho a fim de produzir suas condições de existência. Diferentemente de outros seres vivos, os quais se adaptam ao meio natural por intermédio de características biológicas instintivas, o ser humano necessita, constantemente, produzir sua condição de existência e, o faz por meio do trabalho.

O sentido de trabalho evidenciado em Marx (2008) perpassa pelo intercâmbio entre homem e natureza, intercâmbio no qual o homem apropria-se dos recursos naturais, imprimindo-lhes forma útil à vida humana com sua própria ação

Mediante o trabalho, os homens constituíram – e constituem – a sua existência. Produzir a sua existência significa produzir a si mesmo, se *autoproduzir* como resultado de sua própria atividade. Este é o processo histórico de produção da humanidade. O desenvolvimento do ser social possibilita, de maneira cada vez mais complexa, o processo de humanização dos homens. Quanto mais o homem se torna social – socialmente desenvolvido – mais se humaniza.

Isto demonstra que a consciência dos homens, tendo se originado no trabalho, para o trabalho e mediante o trabalho, brota da própria reprodução da existência humana. É exatamente por isto que Marx (2004) afirma nos *Manuscritos de Paris* que a consciência do homem acerca de seu próprio gênero se transforma no processo de trabalho. Justamente por isto é que Marx faz a crítica à propriedade privada – dos meios de produção – denunciando a forma como ela avilta tudo aquilo que consiste na conquista do trabalho humano.

Marx e Engels (2007) afirmam n’*A Ideologia Alemã*:



A produção de idéias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens ainda aparecem, aqui, como emanação direta de seu comportamento material (p. 93).

Para eles, as formas de produção da vida material – a existência humana – em cada etapa histórica de seu desenvolvimento, correspondem formas específicas de condições de vida social e consciência humana – formas específicas de estruturação social, valores e apreensão da realidade.

Antunes (2008) esclarece que, sob a égide capitalista, toda produção humana passa não mais a estar voltada para a sobrevivência da sociedade. Uma vez instaurada a ordem capitalista de produção, produtos completamente destituídos de necessidades humanas passam a vigorar na produção da humanidade. Isto porque a produção capitalista visa criar a agregação de mais valor nas mercadorias.

Ao longo de toda a história da humanidade, o trabalho se realizou nas diferentes sociedades existentes. A ontologia singularmente humana do trabalho, enquanto geração de valores de uso, sempre existiu. O que ocorre é que, em uma determinada época historicamente datada, na fase capitalista de produção social, os valores de uso passaram a ser secundários aos valores de troca, porque será o valor de troca o responsável pela criação de mais valor, mais riqueza e mais dinheiro, objeto da relação de exploração dos homens por outros homens, visando o lucro.

Sob as leis do capital, todas as atividades humanas – ciência e tecnologia, trabalho, arte e cultura, armamento militar, nuclear, químico e biológico, pesquisa, agricultura e meio ambiente – tornam-se a materialização da representatividade destrutiva deste metabolismo social, dada a sua dimensão potencial da autodestruição da humanidade demarcada pelos imperativos expansionistas do sistema, fruto de sua *racionalidade* expressa em termos meramente *econômicos* (MÉSZÁROS, 2003).

O modo de produção capitalista, sob o viés do materialismo histórico dialético, é responsável pelo processo de estranhamento do homem frente a si mesmo e frente ao objeto de seu trabalho, o próprio processo produtivo. Conforme salienta Peixoto (2008), o trabalho estranhado é produto das próprias relações de produção, nas quais: o processo produtivo e as forças produtivas estão sob o domínio da burguesia, por meio da propriedade privada dos meios de produção; o trabalho realiza-se condicionado pelos interesses burgueses, portanto co-determinado; e o trabalhador – expropriado dos meios de produção – permanece aprisionado e estranho às relações de produção.

O modo de produção capitalista converte o trabalho em desrealização do ser social. Esta é a questão central do estranhamento atrelado ao desenvolvimento das forças produtivas. Pode haver um desalinhamento entre esta última e o desenvolvimento das capacidades humanas. E, mais ainda, segundo Antunes (2007, p. 134): “[...] o desenvolvimento da capacidade humana não produz necessariamente o desenvolvimento da personalidade humana, mas, ao contrário, pode desfigurá-la e aviltá-la”.

Em suma, tem-se a desconfiguração do ser social, a impossibilidade do desenvolvimento da *omnilateralidade*¹ do homem, de que fala Marx (2007), devido ao fato de que o estranhamento “[...]”

¹ O sentido de omnilateralidade evidenciado por Marx (2007) n’A *Ideologia Alemã* expressa a formação do ser social por meio do desenvolvimento de suas múltiplas faculdades no processo de realização e satisfação de suas necessidades. Conforme exemplifica Antunes (2008): “[...] numa sociedade emancipada, o trabalho deve ser um ato livre, *omnilateral*. Caçar de manhã, pastorear a tarde e fazer crítica de arte ao anoitecer, sem ser exclusivamente nem pastor, nem agricultor/pescador e nem crítico de arte. [...] *omni* no sentido de plenitude [...], isso não é possível na sociedade capitalista” (p. 40) (destaque do autor).



remete, pois, à idéia de barreiras sociais que obstaculizam o desenvolvimento da personalidade humana” (ANTUNES, 2007, p. 127).

Concorda-se com Antunes (2007), que seja necessária a superação da sociedade do trabalho abstrato e, sendo assim, uma ruptura com o metabolismo social regido pelo capital, no intuito de se chegar a uma sociedade fundada em bases inteiramente novas, trânsito para uma sociedade emancipada.

Fica claro que profundas modificações devam ocorrer no cotidiano do trabalho, de modo que um tempo livre cheio de sentido só é possível por meio de um trabalho dotado de sentido (ANTUNES, 1999), o que revela as profundas inter-relações entre trabalho, tempo livre e lazer.

Para Netto (2008), a luta pela emancipação humana é a luta por uma sociedade livre da desigualdade e da exploração, portanto, a supressão da exploração do trabalho pelo capital, o qual funda, dentre outras coisas, as relações de desigualdade social. Segundo ele:

[...] Uma comunidade de homens e mulheres livres e autônomos [...] supõe a supressão de uma sociedade civil fundada no mercado e na desigualdade. [...] É preciso enfrentar a questão da exploração, mais precisamente, da exploração do trabalho pelo capital. [...] A emancipação humana supõe a ultrapassagem da relação capital/trabalho, a supressão das classes sociais e, por conseqüência, do Estado. Exige ainda a transformação do trabalho (que é, hoje, penitência, castigo), do trabalho alienado, assalariado, em algo que seja a objetivação das potencialidades humanas (p. 29-30).

Pensar nas possibilidades de humanização e emancipação dos indivíduos – inclusive no tempo livre – significa alterar a lógica das relações sociais ocorridas no mundo do trabalho. Isso porque o estranhamento do mundo do trabalho atinge, também, a esfera do tempo livre, o qual é visto, em boa medida, como tempo para consumir mercadorias, chegando até mesmo a submeter o lazer ao processo da mercantilização.

Sendo o lazer entendido como fenômeno moderno e prática social, engendrando e estabelecendo complexas e contraditórias relações com o próprio processo de produção da existência humana (PEIXOTO, 2008), fica impossível compreendê-lo enquanto produção social humana separada ou distanciada da maneira como os homens se reproduzem historicamente.

Neste sentido, o entendimento da apropriação do tempo livre enquanto tempo social de não-trabalho perpassa pela análise e compreensão do tempo de trabalho, articulando-se as categorias trabalho, trabalho estranhado, relações de produção capitalista, tempo livre e lazer.

O entendimento da categoria tempo livre perpassa pela compreensão do modo de produção de existência subsumido ao capital e, mais do que isto, a possibilidade de um tempo livre dotado de sentido, o qual esteja em consonância com as necessidades reais e concretas dos seres humanos, somente será possível por meio de outro tipo de sociabilidade, cujo trabalho seja autodeterminado e promova a auto-realização humana.

Isto porque as relações sociais produzidas em meio ao processo produtivo invadem outras esferas da vida humana. Trata-se, portanto, de compreender a categoria modo de produção como centralidade da existência humana, bem como, perceber a totalidade das relações contraditórias e dialéticas as quais a envolvem. Neste contexto, Peixoto (2008) ressalta que, tendo o lazer suas bases fincadas na relação capital/trabalho, é preciso considerar:

- O trabalho, no modo de produção capitalista se dá de forma estranhada;



- As formas de apropriação do tempo livre (dentre as quais se destaca o lazer) aparecem como continuidade do tempo de trabalho, portanto, portadoras do mesmo estranhamento, o que faz com que o tempo de lazer, em grande parte, seja visto como tempo de descanso e reposição de energias ou consumo alienado.

Modo de produção da existência e lazer do campesinato

Conforme Martins (2004), o processo de trabalho estabelecido no âmbito da vida camponesa não exclui a característica subsumida do trabalho camponês ao capital. Conforme ainda Marx (2008) constata, o próprio capital engendra relações não-capitalistas de produção (como, por exemplo, o capital mercantil, produção de mercadorias e lucro nos séculos XVI e XVII, com o desenvolvimento das grandes navegações e viagens dos mercadores).

A problemática do trabalho, ou melhor, da categoria modo de produção no campesinato se dá, justamente, pela relação estabelecida entre camponeses e proprietários de terra, meios e fins de produção, produção de mercadorias e lucro. Como bem alerta Martins (2004, p. 11), ocorrem “diferentes relações de trabalho no meio rural, quase todas, de modo geral, originadas com a extinção do trabalho escravo”. Entretanto, o fim da escravatura não resolveu o problema da contradição personificada pela oposição senhor/escravo, muito menos, a contradição representada pela combinação capital/relações não-capitalistas de produção.

É perfeitamente compreensível e notório que a exploração no mundo do trabalho, por intermédio do modo de produção capitalista, ocorra também no campesinato, em especial, em tempos de expansão do agronegócio. Neste sentido, destaca-se a argumentação de Netto e Braz (2007, p. 119), ao afirmarem que:

[...] o modo de produção capitalista envolve *toda* a produção, inclusive, aquela que se assenta na agricultura, [...] as atividades agropecuárias também se tornam *ramos da produção capitalista* – neles encontramos capitalistas (grandes fazendeiros) e proletários (trabalhadores agrícolas) e também aí ocorrem os processos característicos da produção capitalista (destaque dos autores).

Conforme o pensamento de Menezes Neto (2003), considerando as características e necessidades do capitalismo de criar e recriar diferentes meios para a sua reprodução, o capital invade o processo produtivo camponês, seja por meio da introdução e grandes monopólios econômicos no campo, seja por meio da ciência e da técnica, ou ainda, pela incorporação do mundo rural às competitividades do mercado.

Novas relações sociais passam a permear a sociabilidade do homem no e do campo, como por exemplo, a coexistência do trabalho assalariado e do camponês, a diminuição da necessidade do trabalho vivo no campo (por intermédio dos avanços tecnológicos neste setor), a proliferação de monopólios de capital na área de alimentos transgênicos e o avanço da engenharia genética monopolizada em curso no campo, as quais acabam por acarretar mudanças culturais, sociais e políticas da via camponesa (MENEZES NETO, 2003).

O crescimento do processo produtivo engendrado pelo agronegócio, no campo, é um exemplo típico do avanço do capital para este espaço geográfico. Com isto, Menezes Neto (2003) afirma que está havendo um processo de racionalização da produção e na organização social e técnica do trabalho no campo, com vistas a assegurar a produção de excedentes, lucro e mais-valia. Afirma também que a



concentração e centralização do capital, em escala mundial, estão revolucionando a vida e o trabalho no campo, trazendo como consequência a urbanização do cotidiano da vida rural.

Segundo ainda Menezes Neto (2003), o pequeno produtor continua a existir e a viver no campo, não obstante, sofrendo os resquícios do grande capital monopolizado e globalizado. Ao continuar debatendo com as idéias postas por Ianni (1994), destaca: “[...] diferenças marcantes na atual configuração da pequena produção, em que as relações capitalistas estão cada vez mais presentes, seja pelo assalariamento ou pela integração aos processos agroindustriais [...]” (MENEZES NETO, 2003, p. 14).

De acordo com tais apontamentos, fica evidente o processo de concentração de terra, inclusive quando se leva em conta a realidade agrária brasileira, alterando as relações de produção no campo. A modernização conservadora, em especial, no período do regime militar, os interesses convergentes dos latifundiários e dos capitalistas, bem como, a constituição do próprio Estado por meio de políticas neoliberais, acabaram por gerar o surgimento de grandes fazendas tecnologicamente avançadas, bem como, o emprego do trabalho escravo e o desemprego nas relações de produção (MENEZES NETO, 2003).

É de fundamental importância se ater aos confrontos e dilemas do campo, os quais envolvem o conceito de territorialidade. Conforme Mazzetto Silva (2007), tais dilemas do campesinato envolvem as diferentes visões de mundo e projetos societários para o campo. Sendo assim, é possível pensar em diferentes territorialidades as quais explicitam divergências, tensões e incompatibilidades de apropriação e uso dos territórios agrários.

A territorialidade pode ser definida pelo processo de ocupação e uso do território do campo, permeado por uma dimensão material (a qual se expressa pela maneira que ocorre os meios materiais de existência, ou seja, o modo de produção), bem como, uma dimensão simbólica (a qual exprimi um sentido para este território, conferindo um significado ao lugar de existência, tal como pertencimento, lugar e/ou identidade) (MAZZETTO SILVA, 2007).

Para o autor, dois tipos gerais de territorialidade podem ser definidos, conforme suas respectivas características de racionalidade e modos de apropriação dos recursos naturais para a reprodução da existência humana, levando-se em conta, ainda, a perspectiva de sustentabilidade.

A apropriação do espaço e o uso do território, tendo como princípio básico as relações materiais de existências e os sentidos e significados dados ao mesmo, possibilitam clarificar os confrontos destes dois modos de territorialidade.

O território, envolvendo sua dimensão concreta das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço, possibilita caracterizar o tipo de territorialidade da população camponesa como um lugar de se viver, tempo e espaço de produção de existência, portanto, de trabalho, bem como, lugar de residência e exercício da vida, cujo termo expressado por Santos (2003) é território-abrigo.

Como bem evidencia Mazzetto Silva (2007), a classificação e conceituação da categoria camponês não pode se dar de maneira restrita, ainda mais pensando-se no campesinato brasileiro. Sendo assim, populações indígenas, caboclos ribeirinhos, nordestinos imigrantes, barranqueiros, agricultores de subsistência, quebradeiras de coco, quilombolas, entre outros, expressam aquilo que se veio a chamar de Via Campesina (inclusive de âmbito internacional), cuja racionalidade econômica se centraliza na reprodução familiar, articulada com uma dimensão ecológica (sustentabilidade) e cultural (significado de vida).



O modo de apropriação da natureza agrícola-camponês se dá por meio da utilização e reprodução da existência pensando-se na conservação dos recursos e da própria vida, ancorado em critérios básicos, quais sejam, um caráter agrário de apropriação em pequena escala gerando valor de uso para satisfação das necessidades básicas, um caráter cultural o qual associa o modo de produção ao modo de vida e permanência no campo, construindo valores e significados de pertencimento ao local. Na visão de Guzmán (2000, p. 11), o campesinato se traduz por meio de uma relação homem-natureza “mediante as quais se desenvolvem processos de produção e reprodução sociais, culturais e econômicos sustentáveis ao manter as bases bióticas e identitárias implicadas no mesmo”.

Por meio do agronegócio, entende-se que a ocupação e uso do território se dão pela lógica da exploração mercantil, ou seja, um espaço explorado em conformidade com as relações mercantis do capitalismo global. Nesta concepção, o território é entendido apenas como posse e mercadoria, ou seja, como uma entidade exterior aos indivíduos que nele se encontram, não mantendo qualquer vínculo com o lugar (MAZZETO SILVA, 2007).

Para o autor, esta racionalidade econômica, o território é um lugar-mercadoria, um não-lugar de pertencimento, uma esfera a-espacial, sem qualquer sentido para os grupos os quais se relacionam com ele. O agronegócio invade a terra, que antes era ocupada por populações locais, monoculturaliza a produção, esgota os recursos naturais e expulsa os camponeses de seus lugares.

Esta categoria de territorialidade promove deslocamentos entre o lugar de se produzir e o lugar de se consumir (por meio da exportação e vendas de mercadorias), lugar de moradia e lugar de produção (devido à não vinculação entre indivíduos e terra, abandono do campo e do sentido de pertencimento àquele lugar) e, homogeneização, monocultura e concentração de terras e recursos (por intermédio do patronato agrário).

À guisa de considerações finais

As relações de produção de bens materiais da vida no campo, tendo como referencial as contradições entre capital e trabalho, bem como, as relações e contradições entre tempo de trabalho e tempo de não-trabalho, nos levam às seguintes indagações: tendo em vista a reconfiguração do sistema produtivo e do conjunto de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, de que maneira a população que vive no e do campo se apropria de um tempo supostamente livre? Quais são estas transformações que vêm ocorrendo na vida no campo e do campo, e de que maneira estas interferem no processo de apropriação do tempo de não-trabalho? É possível identificar a materialização do lazer no campo, tal qual conhecemos sua manifestação/realização nas sociedades urbano-industriais? As formas de apropriação do tempo supostamente livre do campesinato possibilitam a (re)organização e a (re)produção da cultura local? Será possível identificar mudanças nas raízes culturais da vida no campo devido ao processo de urbanização da sociedade?

Acredita-se na hipótese de que o tecido urbano, tal quais suas extensões e proliferações, tem se estendido e corroído a vida no campo, interferindo tanto nos modos de (re)produção social como nos modos de apropriação de um suposto tempo livre. Como bem evidencia Lefebvre (1999, p. 15):

O crescimento econômico, industrializações [...] estendem suas conseqüências ao conjunto dos territórios, regiões, nações, continentes. Resultado: o agrupamento tradicional próprio à vida do campo [...] transforma-se, unidades mais vastas o absorvem ou o recobrem; ele se integra à indústria e ao consumo dos produtos dessa indústria. [...] O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária.



É possível observar, com isto, dilemas e impasses, tensões e conflitos no mundo do campo, questões extremamente atuais as quais revelam a luta social desta população camponesa, dentre elas: a luta por uma educação do campo; luta pela reforma agrária; a problemática fundiária e ambiental e o avanço das monoculturas; conflitos os quais envolvem posse de terra e implantação de projetos os quais são vistos como a panaceia do desenvolvimento social; luta contra as condições de precariedade do trabalho no campo, bem como, da vida em si e dos direitos básicos à moradia, saneamento, transporte, escolas e, por que não, ao esporte e ao lazer.

Além disto, tem-se a hipótese, também, de que o modo de produção da vida no e do campo, pautado naquilo que há de se chamar *agronegócio*, resulta em uma organização e apropriação de um suposto tempo livre de forma completamente diferente e contraditória das relações sociais, sentidos e significados construídos no, também, suposto tempo livre, considerando-se o tempo de não-trabalho, de um *campesinato*.

Isto porque, bem como evidencia Mazzetto Silva (2007, p. 8), o agronegócio é uma categoria econômica inerente a “racionalidade da sociedade capitalista industrial, ora globalizada, e da noção-fetiche do desenvolvimento e do crescimento econômico, [...] imposta pela racionalidade instrumental moderna e pelo economicismo mercantilista [...]”, o que acaba por eliminar a construção simbólica (permeada de sentidos e significados da vida) e gerar o desapego aos lugares.

Opostamente, quando se pensa no campesinato, é possível reconhecer que “os moradores pertenciam àquilo que lhes pertencia, isto é, o território. Isto criava um sentido de identidade entre as pessoas e o seu espaço geográfico [...]. Criava-se, paralelamente, a idéia de comunidade [...]” (SANTOS, 2003, p. 63).

No intuito de buscar responder todos os questionamentos, indagações e reflexões até aqui apontadas, objetivar-se-á, no desenvolvimento da tese de doutorado citada, investigar as formas de apropriação do tempo supostamente livre de populações do campo as quais possibilitem a organização da cultura e a formação humana. Especificamente, buscar-se-á analisar a organização do modo de vida destes indivíduos, levando em consideração, especialmente, a ocupação e o uso da terra, bem como, sua apropriação material e simbólica; comparar as formas de apropriação do tempo supostamente livre em sociedades camponesas as quais se organizam diferentemente no modo de (re)produção social e; identificar como diferentes modos de (re)produção social interferem na apropriação do tempo supostamente livre, bem como, na organização cultural e na formação humana destas populações campesinas.

Esta pesquisa estará pautada nos pressupostos teórico-metodológicos do Materialismo Histórico Dialético, o qual busca captar o movimento concreto da realidade, mediante seu processo histórico. Nesta visão, a compreensão histórica da realidade se dá a partir do desenvolvimento material, ou seja, a partir das condições materiais de existência humana.

Com relação ao *tipo de pesquisa*, esta é definida como qualitativa de caráter descritivo-exploratório, a qual, segundo Gil (1995), possui como finalidade desenvolver e esclarecer conceitos e idéias (a possibilidade da manifestação do lazer em sociedades campesinas, por meio da apropriação de um tempo supostamente livre o qual possibilite a (re)produção cultural e a formação humana). Além disto, a descrição das características de determinadas sociedades e agrupamentos sociais é realizada, mediante utilização de técnicas determinadas.



O *método* utilizado será, de acordo com Gil (1995), o método comparativo-observacional, tomando-se como base a observação de determinadas realidades sociais e investigar suas similaridades e diferenças, comparando padrões de comportamento, hábitos, valores, costumes e modos de vida (as relações existentes entre o tempo de trabalho – levando-se em conta os modos de produção social – e o tempo de não-trabalho de dois grupos campestres diferentes).

Para a fase de coleta de dados, utilizar-se-á a *técnica* de observação participante, a qual consiste na participação do pesquisador no universo a ser investigado, compreendendo aspectos objetivos e subjetivos da realidade social. Neste tipo de técnica, os indivíduos participantes da pesquisa prestam informações e fornecem subsídios para a análise, possibilitando a captação de aspectos e informações latentes e subjetivos (GIL, 1995; SIQUEIRA, 2005).

Conforme evidenciam Taylor e Bogdan (1996, p. 31) a observação participante é definida como técnica que “envolve a interação social entre o pesquisador e os informantes no meio destes últimos, e durante o qual se recebem informações de modo sistemático e não intervindo”.

Sendo assim, conforme salienta Triviños (2001), é necessário que os observadores participantes (pesquisadores) estejam atentos às formas rotineiras de comportamentos e costumes dos integrantes da comunidade ou grupo, de forma a compreender melhor os valores, os hábitos e modos de vida os quais caracterizam estas pessoas. Para melhor rigorosidade da observação, as notas de campo são necessárias, e devem ser elaboradas no momento de contato com os indivíduos ou situações, e depois redigidas e ordenadas.

Neste sentido, tais procedimentos metodológicos se justificam por possibilitar a análise, compreensão, interpretação e explicação das modificações – inegáveis – da vida no campo, bem como, o entendimento dos modos de (re)produção social e suas relações/interferências no modo de apropriação do tempo supostamente livre destes indivíduos.

Sendo assim, essencial, para esta pesquisa, é apreender de que maneira se organiza o modo de produção social de existências nestes diferentes universos, compreendendo a forma de ocupação e uso do território, sua racionalidade produtiva e, não menos importante, a dimensão simbólica construída pelos indivíduos com o lugar onde trabalham, produzem e vivem.

Desta maneira, será possível compreender as relações existentes entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho, mantendo a categoria modo de produção como a base para se pensar as relações sociais, bem como, entender as relações engendradas no tempo livre fincadas na contradição entre capital e trabalho.

Referências

ANTUNES, R. O trabalho e sua nova morfologia face à reestruturação produtiva. In: GARCIA, C. C.; HÚNGARO, E. M.; DAMASCENO, L. G. **Estado, política e emancipação humana: lazer, educação, esporte e saúde como direitos sociais**. Santo André-SP: Alpharrabio, 2008.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaios e metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.



IMPLICAÇÕES NA/DA EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

BRASIL. Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. **Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010**. Brasília: MEC, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas S. A., 1995.

GUZMÁN, E. S. **Sobre el campesinado, la globalización de la economía y el desarrollo rural**. Córdoba, Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, Escuela Técnica Superior de Ingenieros Agrónomos y Montes, Universidad de Córdoba. Mimeo, 20 p., 2000.

IANNI, O. Agricultura e mundialização. **Cadernos de sociologia**. n. especial, out. 1994.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 1, v. 1, 26ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MAZZETTO SILVA, C. E. Territorialidade camponesa e agronegócio: o sentido e a sustentabilidade dos territórios rurais em questão. In: BEZERRA, A. C. A.; GONÇALVES, C. U.; NASCIMENTO, F. R.; ARRAIS, T. A. **Itinerários geográficos**. Niterói: EDUFF, 2007, p. 215-242.

MENEZES NETO, A. J. **Para além da terra**: cooperativismo e trabalho na educação do MST. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

MÉSZÁROS, I. **O século XXI**: socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo, 2003.

NETTO, J. P. Estado, política e emancipação humana. In: GARCIA, C. C.; HÚNGARO, E. M.; DAMASCENO, L. G. **Estado, política e emancipação humana**: lazer, educação, esporte e saúde como direitos sociais. Santo André-SP: Alpharrabio, 2008.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PEIXOTO, E. M. M. Modo de produção da existência: categoria chave para a compreensão da problemática do lazer. In: 31ª Reunião Anual da ANPED, 2008, Caxambú - MG. **Anais**: Constituição Brasileira: Direitos Humanos e Educação, 2008.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.



SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica.** 10ª ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

SIQUEIRA, S. **O trabalho e a pesquisa científica na construção do conhecimento.** 2. ed. Governador Valadares: Ed. UNIVALE, 2005.

TAYLOR, S. J.; BOGDAN, R. **Introducción a los métodos cualitativos de investigación.** Barcelona: Paidós, 1996.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Bases teórico-metodológicas da pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** Porto Alegre: Faculdade Internacional Ritter dos Reis, 2001.

Tiago Nicola Lavoura
Rua Marquês do Paranaguá, 200 Cx Postal 63 Centro
CEP 45653-970 Ilhéus-BA
nicolalavoura@uol.com.br

Recurso audio-visual: data-show